



Promoção

Universidade Federal de Santa Catarina
Instituto de Estudos de Gênero
Universidade do Estado de Santa Catarina

Organização

Alessandra Soares Brandão
Cristina Scheibe Wolff
Jair Zandoná
Janine Gomes da Silva
Marlene de Fáveri

Revisão de formatação

Daphine de Oliveira Xavier
Valéria Machado

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

S471l Seminário Internacional Fazendo Gênero (12. : 2021 :
Florianópolis)
Lugares de fala [recurso eletrônico] : direitos, diversidades,
afetos : anais eletrônicos / Alessandra Soares Brandão ... [et al.]
(org.). – Florianópolis : UFSC, 2021.

ISSN 2179-510X

1. Relações de gênero – Congressos. 2. Mulheres –
Condições sociais. 3. Feminismo. 4. Identidade de gênero. 5.
Sexualidade. I. Brandão, Alessandra Soares, org. II. Wolff,
Cristina Scheibe, org. III. Zandoná, Jair, org. IV. Silva, Janine
Gomes da, org. V. Fáveri, Marlene de, org. VI. Título.

CDU: 396

Elaborada pelo bibliotecário Fabrício Silva Assumpção – CRB-14/1673



Secretaria do Fazendo Gênero
www.fazendogenero.ufsc.br
secretaria.fazendogenero@gmail.com
+55 48 3721-6411

Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Estudos de Gênero - Bloco F - 7º andar
Trindade - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil
CEP 88040-900





PESQUISADORAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: INTERLOCUÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE NA CIÊNCIA EM REPORTAGENS NA INTERNET

Yasmin Teixeira Mello¹
Joanalira Corpes Magalhães²

Resumo: As discussões sobre gênero partem do princípio de que o gênero é uma construção social, sendo o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais onde a suposta descrição da genitália do feto torna-se o fator que define o gênero das pessoas. Apesar das múltiplas expressões de gênero existentes, a sociedade ainda está organizada em uma norma binária. Com isso, as mulheres transexuais e travestis por romperem com a norma, a maioria das vezes, são marginalizadas e excluídas de diversos espaços, e um destes espaços é o meio científico/acadêmico, onde quando se fazem presentes acabam não sendo reconhecidas enquanto pesquisadoras e produtoras de conhecimento. O objetivo deste trabalho é analisar as narrativas de pesquisadoras transexuais e travestis em reportagens de sites, a fim de problematizar as questões relacionadas ao reconhecimento e visibilidade destas mulheres no campo da pesquisa. Realizamos uma busca na internet por reportagens que falassem sobre e com pesquisadoras transexuais e travestis e a partir disso nós utilizamos a investigação narrativa para problematizar as falas destas pesquisadoras nas reportagens. As narrativas presentes nas reportagens evidenciam as dificuldades enfrentadas pelas pesquisadoras ao longo de suas trajetórias, elas relatam suas lutas e resistências para ocupação e permanência do espaço científico/acadêmico enquanto produtoras legítimas de conhecimento e não somente enquanto objeto de estudo.

Palavras-chave: Gêneros. Ciência. Visibilidade. Reconhecimento.

Introdução

A reportagem escrita por Thaís Cunha para o site do jornal do Correio Braziliense no dia 26 de dezembro de 2016 com o seguinte título “Brasil lidera ranking de assassinatos de transexuais” apresenta a informação de que “o Brasil matou ao menos 868 travestis e transexuais nos últimos oito anos, o que o deixa, disparado, no topo do ranking de países com mais registros de homicídios de pessoas transgêneras” (n.p). A reportagem ainda traz que entre os principais motivos para que essas mortes aconteçam está à violência histórica sofrida pelos gêneros que fogem a norma binária imposta pela sociedade, a alta vulnerabilidade dessas pessoas na prostituição e a falha do Estado em prevenir e investigar esses crimes.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Brasil. By-yasminmello@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Professora do Instituto de Educação e do PPG Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, Brasil. joanaliracm@yahoo.com.br



De acordo com a pesquisadora Joanalira Corpes Magalhães (2014) os artefatos culturais, como é o caso da reportagem acima, são produções culturais repletas de sistemas de significação e que estão intimamente implicados nas produções e reproduções sobre formas de ser, agir e pensar das pessoas, através das relações de poder. Assim, ao trazermos essa reportagem inicial gostaríamos de refletir sobre como esse tipo de artefato cultural normalmente costuma trazer a existência das pessoas travestis e transexuais relacionada aos dados alarmantes de violência que essas pessoas vivenciam todos os dias.

Entendemos a importância deste tipo de artefato cultural para visibilizar as pautas urgentes como a que é apresentada na reportagem, mas também compreendemos que outras questões relacionadas as pessoas trans e as mulheres travestis também poderiam ser amplamente divulgadas nesse espaço. As reportagens que serão analisadas nesse texto, além de possuírem uma maior visualização por parte da sociedade do que se comparado com um artigo científico, por exemplo, por conta de ser de mais fácil acesso, também contribuem para que pessoas trans possam se compreender como possíveis dentro do meio acadêmico enquanto pesquisadoras/es e produtoras/es de conhecimento científico.

Assim, quando as pessoas trans se deparam com as narrativas das pesquisadoras travestis e de pesquisadoras/es transexuais em reportagens falando sobre suas trajetórias acadêmicas e de vida, suas pesquisas e seus trabalhos, elas percebem uma outra possibilidade de existência, para além das que lhe são normalmente apresentadas.

Dito isto, o objetivo deste trabalho é investigar as narrativas de pesquisadoras transexuais e travestis em reportagens de sites da internet, a fim de problematizar as questões referentes a reconhecimento e visibilidade destas no meio acadêmico.

Referencial teórico metodológico

O termo gênero surgiu como uma “proposta de rejeição do determinismo biológico presente no uso de termos como sexo ou diferença sexual” (MAGALHÃES, 2008, p. 26), refutando a ideia de que a feminilidade e a masculinidade são constituídas exclusivamente pelas características biológicas do corpo, mas sim por tudo o que se diz ou/e se representa a respeito dessas características (LOURO, 2001). Desta forma, nos constituímos e construímos enquanto sujeitos de gênero, como produto e efeito das relações de poder.

Judith Butler (2003) entende que o gênero possui um caráter social, e afirma que ele “não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em



vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (p. 242). Assim, ao compreendermos que o corpo está sob constante construção, nos auxilia a problematizar a distinção entre sexo/gênero nos possibilitando compreender o gênero enquanto um artifício flutuante.

De acordo com a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2010) a “compreensão das diferenças entre sexo e gênero ainda são demasiadamente acadêmicas” (p. 80) que quer dizer que a sociedade ainda não opera com a ideia de que o “gênero é relacional e político, pois independe das bases biológicas, como o sexo, e determina, entre os seres humanos, papéis que eles exercem na sociedade” (p. 81).

Assim, as relações de poder que se instauram sobre os gêneros costumam dizer qual o local apropriado que determinados gêneros podem ocupar. De acordo com Léa Velho e Elena León (1998) o gênero na academia é a extensão do gênero na sociedade e assim os preconceitos e desigualdades o perseguem dentro deste campo também.

Quando pensamos na produção científica devemos refletir o fato desta ter estado por muito tempo nas mãos de homens, brancos e heterossexuais (BANDEIRA, 1996). Sendo assim os estudos de gênero se fizeram necessários, justamente para repensar o papel das outras expressões de gênero dentro do campo da ciência e na sua legitimidade enquanto produtoras/es de conhecimento.

Segundo a pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018), “a ausência de um contexto histórico contribui para restringir a existência de travestis e mulheres transexuais as sociedades contemporâneas ocidentais, bem como a determinados espaços” (p. 70) e por conta disso as mulheres transexuais e travestis tendem a ser mais excluídas do meio científico/acadêmico e acabam tendo uma menor inserção, reconhecimento e visibilidade dentro desse espaço e normalmente não são reconhecidas enquanto pesquisadoras e produtoras de conhecimento.

Além dessa exclusão, as mulheres travestis e transexuais tem que superar diversas desafios e dificuldades para que consigam chegar ao status de pesquisadoras. De acordo com o site da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (2020) uma pessoa trans é assassinada no Brasil a cada 48 horas e a expectativa de vida dessas pessoas é de apenas 35 anos. A ANTRA (2020) ainda estima que cerca de 90% da população trans se encontra na prostituição, e isso se da ao fato de possuírem dificuldades em se inserirem no mercado de trabalho por conta da falta de qualificação profissional que é ocasionada pela exclusão que as pessoas travestis e transexuais sofrem na família, na sociedade e na escola.



A exclusão escolar vivenciada pelas pessoas travestis e transexuais começa já nos anos iniciais de escolarização, onde a evasão escolar dessas pessoas normalmente acontece quando elas atingem 13 anos de idade, e desta forma 56% das pessoas trans não completam o ensino fundamental e 72% não possuem o ensino médio (ANTRA, 2020).

Por não conseguirem concluir essas etapas iniciais o número de pessoas travestis e transexuais que chegam ao ensino superior é de 0,01% do total de estudantes matriculadas/os (INEP, 2019). Uma forma de superar essa pouca presença de pessoas trans no meio acadêmico são as políticas públicas de cotas para ingresso e permanência que as universidades oferecem para essas pessoas.

De acordo com a reportagem escrita por Diego Maia (2019) para a Folha de São Paulo, 12 das 63 universidades públicas possuem cotas para o ingresso de pessoas trans, sendo que dessas 12, uma possui cota para ingresso na graduação, uma possui cotas para o ingresso na graduação e na pós-graduação e 10 possuem cotas ingresso na pós-graduação.

Entre as políticas de permanência que contribuem para que essas pessoas permaneçam na universidade, e assim no meio acadêmico, podemos destacar o uso do nome social nas instituições de ensino e a resolução 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) do ano de 2015, que garante a utilização do banheiro conforme o gênero com o qual a pessoa se identifica.

Apesar dessas políticas de ingresso e permanência terem a função de proporcionar uma maior oportunidade das pessoas travestis e transexuais estarem dentro do espaço da universidade, quando essas pessoas ingressam no meio acadêmico e passam a ocupar esse local elas têm de lidar com outros desafios como as desconfianças que rondam a legitimidade das suas produções acadêmicas e a sua “capacidade de atuação, bem como a suposta neutralidade acadêmica característica dos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores brancos cisgêneros heterossexuais” (OLIVEIRA, 2018, p. 72), ficando assim evidente os preconceitos que ainda envolvem os gêneros no meio acadêmico.

Com a finalidade de enfrentar os desafios como o ingresso e permanência no meio acadêmico e visibilidade e reconhecimento enquanto pesquisadoras, as mulheres travestis e transexuais acabam criando estratégias de resistência que acabam “provocando rachaduras nas fronteiras interpostas entre os saberes, construindo espaços de transgressão e práticas de liberdade” (CASTRO, 2014, p. 64) e possibilitam que essas mulheres possam ocupar, permanecer e serem visíveis enquanto pesquisadoras no meio acadêmico.



Dito isto, ao buscarmos atender ao objetivo de investigar as narrativas de pesquisadoras transexuais e travestis em reportagens de sites da internet sobre as questões referentes a visibilidade e reconhecimento destas no meio acadêmico, realizamos uma busca utilizando os seguintes descritores: “pesquisadoras travestis” e “pesquisadoras transexuais” na página de buscas do Google³.

Foram encontradas 17 reportagens e destas foram selecionadas 5, com os critérios de apresentarem narrativas de pesquisadoras travestis e transexuais sobre as questões referentes a visibilidade e reconhecimento no meio acadêmico. Sendo essas reportagens dentre os anos de 2013 e de 2019 e foram publicadas nos sites: Diálogos Políticos, HuffPost Brasil da Universidade Federal de Santa Catarina, Organização Marco Zero e no site da revista Carta Capital.

Para a análise das narrativas, presentes nas reportagens, nos utilizamos da investigação narrativa pois, ela permiti “compreender a complexidade das histórias contadas pelos indivíduos sobre os conflitos e dilemas de suas vidas” (RABELO, 2011, p. 172) e por entendermos que elas valorizam a exposição dos pensamentos dos indivíduos sobre a sua visão de mundo e produzem uma história que não pertence somente a ela/e, mas sim ao encontro de duas narrativas: a da/o participante e do investigador que formam uma construção narrativa partilhada (CLANDININ; CONNELLY, 1991).

Desta forma o nosso papel enquanto pesquisadoras na investigação narrativa foi de unir as diferentes narrativas apresentadas nas reportagens e desenvolver um enredo que se demonstre essas interlocuções complementando a complexidade dos diferentes olhares que as pesquisadoras têm sobre as suas vivências, seus desafios e seus dilemas. E assim investigamos as diferentes maneiras como essas mulheres experienciam suas trajetórias enquanto pesquisadoras/es.

Movimentos de análise

Ao longo da pesquisa encontramos seis reportagens que apresentam as narrativas de mulheres transexuais e travestis sobre os assuntos referente a reconhecimento e visibilidade no meio acadêmico enquanto pesquisadoras, sendo elas:

Reportagem 1: “Conheça a trajetória de Luma Andrade, a primeira travesti a concluir doutorado no País” escrita por Diálogos Políticos em 11 de março de 2013, disponível no site dos Diálogos Políticos, onde apresenta a trajetória de vida e profissional da pesquisadora travesti Luma Nogueira de Andrade.

³ Google LLC é uma empresa multinacional de serviços online e software dos Estados Unidos.



Reportagem 2: “As (trans)Alinaças e a Neomaquinaria” escrita por Sara Wagner York em 11 de janeiro de 2019, disponível no site da revista Carta Capital onde a pesquisadora Sara relata sua experiência enquanto pessoa trans em um evento acadêmico sobre antropologia.

Reportagem 3: “No Dia da Visibilidade Trans, conheça 4 intelectuais referência no mundo acadêmico” escrita por Leda Antunes em 29 de janeiro de 2019, disponível no site HuffPost Brasil e apresenta a trajetória de quatro pesquisadoras trans.

Reportagem 4: “UFSC na mídia: ‘Trans e travestis estão revolucionando e produzindo conhecimento’” escrita pelo Projeto Colabora em 30 de julho de 2019, disponível no site da Universidade Federal de Santa Catarina e apresenta o grupo de resistência e pesquisa da universidade chamado de NeTrans, trazendo também as narrativas de pesquisadoras/es que compõem o grupo falando sobre a relevância do mesmo para a população trans.

Reportagem 5: “‘Existem espaços em que nós travestis precisamos entrar sem pedir licença’” escrita por Chico Ludermitz em 30 de setembro de 2019, disponível no site da Organização Marco Zero e traz a questão dos desafios encontrados no meio acadêmico pelas pessoas transexuais e travestis.

E as pesquisadoras cujas narrativas foram analisadas são:

Ana Flor Fernandes Rodrigues – A pesquisadora Travesti tem produzido seus trabalhos dentro da área de conhecimento das ciências humanas. E tem realizado pesquisas sobre as temáticas de gênero, sexualidade e travestilidade na educação.

Daniela da Silva Prado – A pesquisadora Transexual tem produzido seus trabalhos dentro da área de conhecimento de linguística, letras e artes. E tem realizado pesquisas sobre as questões referentes a literatura.

Jaqueline Gomes de Jesus - A pesquisadora transexual tem produzido seus trabalhos dentro da área de conhecimento das ciências humanas. E tem realizado pesquisas sobre saúde do trabalhador, gestão da diversidade, trabalho, identidade social e movimentos sociais, com ênfase em gênero e feminismo, diversidade sexual e cor/raça.

Luma Nogueira Andrade - A pesquisadora travesti tem produzido seus trabalhos dentro da área de conhecimento das ciências humanas. E tem realizado pesquisas sobre direitos humanos, diversidade cultural, etnicorracialidade, gênero e sexualidade, educação, políticas públicas e movimentos sociais.



Maria Zanela - A pesquisadora transexual tem produzido seus trabalhos dentro da área de conhecimento das ciências humanas. E tem realizado pesquisas sobre as questões acerca de gênero e transgeneriidade.

Megg Rayara Gomes de Oliveira - A pesquisadora travesti tem produzido seus trabalhos dentro da área de conhecimento ciências humanas. E tem realizado pesquisas sobre relações raciais, arte africana, arte afro-brasileira, gênero e diversidade sexual.

Sara Wagner York - A pesquisadora travesti tem produzido seus trabalhos dentro da área de conhecimento das ciências humanas. E tem realizado pesquisas sobre movimentos trans e intersexo na educação e formação educacional.

Sobre as questões referente a visibilidade e reconhecimento no meio acadêmico a pesquisadora Jaqueline relata que:

“Pessoas trans me referenciam, principalmente estudantes e jovens, mas eu vejo pouca referência de colegas mais antigos e de pessoas cis” (Jaqueline, 2019).

A partir desta narrativa é possível perceber a pouca visibilidade e reconhecimento que as/os colegas de profissão dão a ela enquanto pesquisadora, e ela atribuiu isso ao fato de ser uma mulher transexual, que também foi uma percepção que a pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2019b) ressalta em uma entrevista aos cadernos de gênero e tecnologia, onde ela revela que “durante meu processo de doutoramento, minha pesquisa foi questionada várias vezes por professoras e professores brancos, cisgêneros, heterossexuais que não acreditam na existência do racismo e da LGBTfobia” (p. 10).

A narrativa da pesquisadora Jaqueline vai ao encontro com as narrativas das pesquisadoras Megg e Daniela, que ressaltam que:

“Depois que fui aprovada (no mestrado), tinha que provar o tempo todo para todo mundo que aquele espaço era meu” (Megg, 2019).

“Na sala (como professora) de aula também fui vítima de transfobia. Mas acho que aprendi a conquistar os alunos mostrando que uma trans ou travesti é uma pessoa como qualquer outra e que também tem competência e profissionalismo para atuar em qualquer área” (Daniela, 2019).

É possível perceber o quanto o meio acadêmico ainda é repleto de preconceitos e violências sobre os gêneros das pessoas as relacionando com a incapacidade de produzir conhecimento no meio acadêmico, assim essas mulheres transexuais e travestis tem de estar a todo o momento comprovando sua competência para ocupar o espaço enquanto pesquisadoras.

Mas apesar dessas questões, de acordo com a narrativa da pesquisadora Maria:



“Pessoas trans e travestis estão revolucionando e produzindo conhecimento nas universidades do país, sim” (Maria, 2019).

Apesar do baixo número de pessoas trans nas universidades públicas brasileiras, menos de 0,2% do total de alunas/os (ANFIDES, 2018), de acordo com os dados publicados pelo INEP (2015-2018) é possível perceber um aumento no número de pessoas trans que vem realizando a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) esse dado somado ao aumento das políticas públicas de ingresso e permanência de pessoas trans nesses espaços torna possível compreendermos que essas pessoas estão de fato produzindo conhecimento dentro das universidades brasileiras.

As narrativas das pesquisadoras Jaqueline e Ana ainda apontam outra questão importante, quando falamos sobre a visibilidade das pessoas trans no meio acadêmico, que é o fato de que o meio acadêmico, normalmente, destina o local de objeto de estudo para as pessoas trans:

“As pessoas em geral se interessam pela gente enquanto objeto de estudo, mas não como parceiras de pesquisa” (Jaqueline, 2019).

“Quando eu disse que eu não queria ser mais objeto de estudo, era porque, comumente as travestis são colocadas em um lugar de objeto de estudo. Querem fazer pesquisas sobre a gente nunca com a gente. E eu acho que isso nos coloca em um lugar que é muito preocupante” (Ana, 2019).

Ao serem apresentadas normalmente como objeto de estudo e não enquanto a pessoa que instrumentaliza e realiza as pesquisas e trabalhos dentro do meio acadêmico, as pesquisadoras travestis e transexuais se tornam ainda menos visíveis e não reconhecidas dentro deste espaço enquanto produtoras de conhecimento.

Ainda pensando sobre a visibilidade de mulheres trans no meio acadêmico, a pesquisadora Sara Wagner York (2019) fala em uma reportagem sobre um evento científico do qual ela esteve presente que para as pessoas transexuais e travestis nem a posição de subalternidade no meio acadêmico é permitida, e complementa que:

“Se há uma mudez reproduzida nas reuniões e textos de modo sistemático e simbólico sobre nossas vidas trans, quando não exotizadas, ou erotizadas, estão objetificadas. No 31º aniversário e reunião anual não houve tempo hábil para gestação trans na antropologia (e em outras tantas áreas), fazendo-me pensar sobre a inexistência da representatividade trans naquele campo” (Sara, 2019).

Essa falta de representatividade trans nos eventos acadêmicos acaba potencializando ainda mais a falta de visibilidade e reconhecimento das pesquisadoras travestis e transexuais dentro do meio acadêmico. E quando essas pessoas ocupam esses locais ainda tem de enfrentar outros problemas, como o que é dito na narrativa da pesquisadora Luma abaixo:



“Conseguir esse respeito dentro do centro universitário é bem mais difícil” (Luma, 2013).

Para além das políticas públicas de inserção e permanência de pessoas trans nas universidades, é necessário que se combata os preconceitos e violências que essas pessoas sofrem quando conseguem acessar esse espaço. Assim, de acordo com Kelli Vergara Watanabe (2019) “existem situações de preconceito nos banheiros, em debater nas salas de aula, na falta de oportunidade de local de fala dentro das unidades acadêmicas e por parte de colegas que dizem precisar se acostumar com a ideia de ter um colega trans” (p. 98) que acabam contribuindo para os preconceitos que as mulheres travestis e transexuais enfrentam no meio acadêmico enquanto pesquisadoras.

E para que esses preconceitos e desigualdades sejam combatidos, e assim as pessoas trans possuam mais reconhecimento e visibilidade no meio acadêmico, a narrativa da pesquisadora Jaqueline salienta que a:

“Informação é fundamental e para mudar estereótipos é preciso criar novas narrativas. Resolvi contribuir dentro desse ativismo que eu faço, que é um ativismo intelectual, trazendo alguns conceitos que ainda hoje são muito fracos da forma como são apresentados, sobre identidade de gênero” (Jaqueline, 2019).

Desta forma, o ativismo é um importante aliado para que de forma coletiva resistam dentro desses espaços, pois “o poder de resistência e articulação de movimentos LGBT é tão grande quanto sua capacidade de se reinventar, buscando contrapor tais discursos de forma original e contundente” (FERNANDES e PANTE, 2019, p. 632).

Sobre esses movimentos de resistência do meio acadêmico, a narrativa abaixo da pesquisadora Maria salienta que as pessoas trans:

“Tem feito uma frente de resistência muito importante, tanto pela conjuntura e pela produção de conhecimento, mas também pela articulação dentro da universidade. Esse lugar também é lugar da construção de saberes das experiências dos indivíduos trans. Essa realidade por muito tempo foi ignorada e dita apenas por pessoas cis. A educação é fundamental para a transformação social e estamos conseguindo ocupar espaços nunca antes ocupados” (Maria, 2019).

Assim, podemos perceber que as pesquisadoras travestis e transexuais têm resistido “fervorosamente para terem seu espaço reconhecido e a dignidade da pessoa humana respeitada” (FERNANDES e PANTE, 2019, p. 629) tanto na sociedade de forma geral como dentro do meio acadêmico, para que assim sejam respeitadas, reconhecidas e visibilizadas enquanto pesquisadoras.



Conclusões

A partir das narrativas das pesquisadoras travestis e transexuais presentes nas reportagens analisadas podemos perceber o quanto o meio acadêmico, assim como a sociedade na sua totalidade, ainda está repleto de preconceitos que circundam o gênero.

Dentre os maiores desafios que as mulheres travestis e transexuais enfrentam no meio acadêmico podemos salientar as dificuldades para ingressarem, permanecerem e serem respeitadas, reconhecidas e visibilizadas enquanto pesquisadoras pelos seus pares.

Além disso, podemos perceber a partir das reportagens que umas das formas citadas para proporcionar melhores condições para as pessoas travestis e transexuais no meio acadêmico são as políticas públicas de cotas, tanto para o ingresso como para a permanência dessas pessoas, assim como ações que combatam as violências presentes nesse espaço.

Para que de fato a visibilidade de pesquisadoras travestis e transexuais aconteça no meio acadêmico é necessário que este espaço combata os preconceitos, insira e apresente condições de permanência para essas pessoas, para que assim as pesquisadoras relatem suas vivências, seus trabalhos e suas pesquisas e, assim, sejam devidamente reconhecidas enquanto produtoras de conhecimento.

Referências

ANTUNES, Leda. No Dia da Visibilidade Trans, conheça 4 intelectuais referência no mundo acadêmico. *HuffPost Brasil*, São Paulo, 29 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/intelectual-mulheres-transexuais_br_5c4fa99be4b0d9f9be68554a>. Acesso: 12 mar. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. *Associação Nacional de Travestis e Transexuais*. Disponibilidade em: <<https://antrabrasil.org/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. *V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação*. 2018. Disponibilidade em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



CASTRO, Roney Polato de. *Experiência e constituição de sujeitos docentes: relações de gênero, sexualidade e formação em Pedagogia*. Juiz de Fora, 2014. 256p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. *Pesquisa Narrativa: experiência e história de pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: Ed. UFU, 2011.

COLABORA, Projeto. UFSC na mídia: 'Trans e travestis estão revolucionando e produzindo conhecimento'. *Universidade Federal de Santa Catarina*, Santa Catarina, 30 de julho de 2019. Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2019/07/ufsc-na-midia-trans-e-travestis-estao-revolucionando-e-produzindo-conhecimento-diz-pesquisadora/>>. Acesso: 11 mar. 2020.

CUNHA, Thaís. Brasil lidera ranking de assassinatos de transexuais. *Correio Braziliense*, Brasília, 26 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>>. Acesso em: 08 de jun. 2020.

FERNANDES, Estevão Rafael; PANTE, Ana Luiza. Novas demandas, novos espaços: pessoas trans e ativismo online como estratégia de visibilidade. *Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, 2019, p. 617-635.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Microdados Censo Escolar da Educação Básica*. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censoescolar>. Acesso em: 13 jun. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. In: Simpósio Gênero e Psicologia Social – Diálogos interdisciplinares, 2010, Brasília. *Resumos completos*. Brasília: UnB, 2010. p. 80-89.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LUDERMIR, Chico. 'Existem espaços em que nós travestis precisamos entrar sem pedir licença'. *Organização Marco Zero*, São Paulo, 30 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://marcozero.org/existem-espacos-em-que-nos-precisamos-entrar-sem-pedir-licenca>>. Acesso: 12 mar. 2020.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Gênero e ciência: analisando alguns artefatos culturais. *Exedra: Revista Científica*, Coimbra, n. 1, p. 170-191, 2014.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes. *Por que os homens nunca ouvem e as mulheres não sabem estacionar?: analisando a rede de discursos das neurociências quanto às questões de gênero em alguns artefatos culturais*. Porto Alegre, 2008. 85 p. Dissertação (mestrado). Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MAIA, Diego. Ao menos 12 universidade federais do país têm cotas para alunos trans. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 de mai. de 2019. Disponibilidade em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>>. Acesso em: 02 set. 2020.



OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Entre Vista e Olhares. [entrevista condida aos Cadernos de Gênero e Tecnologia] Michel Alves Ferreira e Lindamir Salete Casagrande. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v.12, n. 40, p. 05-12, 2019.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Transexistências negras: o lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; SEFFENER, Fernando; VILAÇA, Teresa (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação*. Rio Grande: Editora da FURG, 2018, p. 68-88.

POLÍTICOS, Diálogos. Conheça a trajetória de Luma Andrade, a primeira travesti a concluir doutorado no País. *Diálogos Políticos*, São Paulo 11 de março de 2013. Disponível em: <<https://dialogospoliticos.wordpress.com/2013/03/11/conheca-a-trajetoria-de-luma-andrade-a-primeira-travesti-a-concluir-doutorado-no-pais/>>. Acesso: 15 mar. 2020.

RABELO, Amanda Oliveira. A importância da investigação narrativa na educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 171-188, 2011.

VELHO, Léa e LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.10, p. 309-344, 1998.

WATANABE, Kelli Vergara. Inclusão de pessoas trans na UFPel: pelo direito de ser igual quando a diferença inferioriza e ser diferente quando a igualdade descaracteriza. Pelotas, 2019. 116p. Dissertação (mestrado). Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas.

YORK, Sara Wagner. As (Trans)Alianças e a neomaquinaria. *Carta capital*, São Paulo ,11 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/as-transaliancas-e-a-neomaquinaria/>>. Acesso: 13 mar. 2020.

Transexual and travestis researchers: conversations about recognition and visibility in science in internet reports

Abstract: Gender discussions assume that gender is a social construct, the result of sophisticated technologies that produce sexual bodies where the alleged description of the fetal genitalia becomes the defining factor of people's gender. Despite multiple existing gender expressions, society is still organized into a binary norm. As a result, transgender and transvestite women, break with the norm, are often marginalized and excluded from various spaces, and one of these spaces is the scientific/academic environment, where when they are present, they are not recognized as researchers and producers of knowledge. The objective of this paper is to analyze the narratives of transsexual and transvestite researchers in website reports, in order to discuss the issues related to the recognition and visibility of these women in the research field. We performed a search on the Internet for reports that talked about and with transsexual and transvestite researchers and from this we used narrative investigation to problematize the statements of these researchers in the reports. The narratives present in the reports highlight the difficulties faced by researchers along their trajectories, they report their struggles and resistances for occupation and permanence of the scientific/academic space as legitimate producers of knowledge and not only as an object of study.

Keywords: Gender's. Science. Visibility. Recognition.